

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.342.334 - RJ (2018/0200278-2)**

**RELATORA** : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
**AGRAVANTE** : ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PROCURADOR** : MARIA LUIZA FAVERET CAVALCANTI GARCIA DE SOUZA E OUTRO(S) - RJ075949  
**AGRAVADO** : MARCELLO CARDOSO BERNARDO  
**ADVOGADO** : CÍNTIA DA SILVA CEZAR E OUTRO(S) - RJ154875

**DECISÃO**

Trata-se de Agravo, interposto pelo ESTADO DO RIO DE JANEIRO, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que inadmitiu o Recurso Especial interposto contra acórdão assim ementado:

"Apelação Cível. Ação Indenizatória por Danos Materiais. Responsabilidade Civil do Estado. Art. 37, § 6º da CRFB. Pretensão do Autor à desvinculação de seu nome do veículo objeto da demanda, bem como a ser indenizado por danos materiais e morais, em decorrência de ter sido o automóvel que havia vendido ao seu irmão, apreendido por ocasião da terceira vistoria no DETRAN/RJ. Sentença de procedência parcial. O pedido de retirada do nome do autor do cadastro da dívida ativa, foi extinto, sem resolução de mérito, nos termos do art. 267, IV, do CPC. Inconformismo do Autor com o não acolhimento do pleito de indenização por danos materiais e morais, bem como pela não desvinculação do seu nome do veículo 'ex tunc'. Pedido de desvinculação retroativa do nome do veículo de forma retroativa não acolhido, sob o argumento de incompetência do juízo *a quo* para questões de natureza tributária, por importar em inexigibilidade dos débitos tributários. Competência dos juízos de direito em matéria de dívida ativa. Inteligência do art. 45 da Lei nº 6956/2015. Inconformismo do Réu, fundado na arguição de ilegitimidade passiva *ad causam*. Rejeição da preliminar de ilegitimidade passiva do Estado do Rio de Janeiro, com base na teoria da asserção, bem como, pelo fato de a descentralização administrativa não elidir a responsabilidade do órgão delegante, Estado do Rio de Janeiro, que em relação ao órgão de legatário, DETRAN/RJ, é solidária. Código de Trânsito Brasileiro, que ao dispor sobre a atribuição da autarquia de trânsito no tocante ao licenciamento de veículos, não exige a verificação de idoneidade do chassi para que seja concedida a licença. Danos materiais que devem ser buscados junto à alienante do veículo. Natureza objetiva da responsabilidade civil das pessoas de direito público, bastando a verificação do dano e do nexo de causalidade, sem necessidade da prova de culpa. Na hipótese, a falha na fiscalização da Autarquia de

trânsito criou no Autor a legítima expectativa de regularidade do veículo, o que foi frustrado após a realização a alienação do veículo para seu irmão, por ocasião da terceira vistoria para transferência do veículo. Angústia e o sofrimento experimentados pelo Autor em decorrência do abrupto rompimento da confiança legítima criada pela Autarquia de Trânsito que não podem ser confundidos com meros aborrecimentos cotidianos. Dano moral configurado. Presença do nexo de causalidade, visto que a adulteração realizada por terceiros não impediu que os agentes públicos do Apelado concluíssem pela regularidade do veículo. Precedentes deste Tribunal. Parcial provimento do primeiro recurso. Desprovimento do segundo recurso" (fls. 335/336e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com fulcro na alínea **a** do permissivo constitucional, aduz a parte recorrente violação ao art. 944, **caput**, do Código Civil, argumentando que: **(a)** "a indenização por danos morais não merece subsistir. Trata-se de mero aborrecimento, situação que não enseja qualquer reparação, segundo a melhor doutrina e a jurisprudência dominante, como foi exposto anteriormente" (fl. 358e); **(b)** "em sendo ultrapassado o pedido de exclusão de condenação do ERJ em danos morais, o que não se espera, apenas argumenta pelo selo, data venia, a decisão recorrida, que condenou o réu ao pagamento de indenização por danos morais, fixado por decisão do Juízo *a quo*, merece ser reformada" (fl. 358e).

Alega, ainda, sua ilegitimidade passiva, pois "o ato invocado como violador do direito da parte recorrida encontra-se afeito às atribuições de entidade autárquica estadual específica, *in casu*, do DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – DETRAN/RJ que, como já dito, é entidade administrativa autônoma com possui personalidade jurídica própria, razão pela qual o ERJ jamais poderia cumprir tal condenação" (fl. 355e).

Requer, ao final, o provimento do recurso.

Apresentadas as contrarrazões (fls. 368/378e), negado seguimento ao Recurso Especial (fls. 381/383e), foi interposto o presente Agravo (fls. 395/407e).

Apresentada a contraminuta a fls. 412/416e.

A irresignação não merece acolhimento.

Inicialmente, em relação à alegação de ilegitimidade passiva do Estado do Rio de Janeiro, verifica-se que a parte recorrente não indicou, com precisão e objetividade, de forma clara e individualizada, como lhe competia, os dispositivos legais que porventura tenham sido malferidos pelo Tribunal de origem, o que caracteriza ausência de técnica própria indispensável à apreciação do Recurso Especial.

Diante desse quadro, tem incidência, por analogia, a Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

No que diz respeito ao mérito, a Corte de origem concluiu pela configuração dos danos morais, no caso concreto, ressaltando que "a angústia e o sofrimento experimentados pelo Apelante em decorrência do abrupto rompimento da confiança legítima que foi criada pela Autarquia de Trânsito não podem ser confundidos com meros aborrecimentos cotidianos, vez que suficientes para configurar os danos morais" (fl. 342e).

Neste contexto, considerando a fundamentação adotada na origem, o acórdão recorrido somente poderia ser modificado mediante o reexame dos aspectos concretos da causa, o que é vedado, no âmbito do Recurso Especial, pela Súmula 7 desta Corte.

Ressalte-se que a modificação do valor arbitrado a título de danos morais somente é admitida, em sede de Recurso Especial, na hipótese de fixação em valor irrisório ou abusivo, o que não ocorreu no presente caso, em que foram arbitrados em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), tendo em vista as especificidades da causa.

A propósito:

**"ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. ACIDENTE TRÂNSITO. ANIMAL EM RODOVIA FEDERAL. LEGITIMIDADE PASSIVA DO DNIT. DANOS MORAIS E LUCROS CESSANTES. CONFIGURAÇÃO. VALOR RAZOÁVEL. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVA. SÚMULA 7/STJ.**

1. Insurge-se o agravante contra reconhecimento pela instâncias ordinárias de responsabilização civil do DNIT, por acidente de trânsito decorrente de atropelamento de animal bovino, que circulava na pista de rodovia federal, a ensejar a obrigação de responder por danos morais.

2. **A Corte de origem, com amparo nos elementos de convicção dos autos, assentou que ficou configurada sua responsabilidade a ensejar reparação pelos danos pleiteados, ao tempo que procedeu à análise dos critérios da razoabilidade e proporcionalidade do valor fixado, quando assentou que a quantia está compatível com a extensão do dano causado.**

3. Insuscetível de revisão, nesta via recursal, o referido entendimento, por demandar reapreciação de matéria fática.

Incidência da Súmula 7 deste Tribunal.

Agravo regimental improvido" (STJ, AgRg no AREsp 591.470/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 05/12/2014).

Em face do exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, a, do RISTJ, conheço do Agravo para não conhecer do Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora

